



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$90

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries . . .	Ano 2403
A 1.ª série . . .	90\$
A 2.ª série . . .	80\$
A 3.ª série . . .	80\$
Para o estrangeiro e colônias	acresce o porte do correio
Semestre	180\$
	45\$
	45\$
	45\$

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de \$850 a Ilha, acrescido do respectivo imposto do sítio. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10.122 de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

SUMÁRIO

Ministério das Finanças:

Decreto n.º 36:478 — Abre um crédito a fim de constituir a dotação de um novo artigo do capítulo 9.º do orçamento do Ministério.

Decreto n.º 36:479 — Transfere verbas dentro dos orçamentos dos Ministérios das Finanças, do Interior, da Justiça, das Colónias e da Educação Nacional — Abre créditos a favor de vários Ministérios destinados a reforçar verbas insuficientemente dotadas e a prover à realização de despesas não previstas no Orçamento Geral do Estado e introduz alterações no mesmo Orçamento.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 36:478

Com fundamento no artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos da mesma disposição;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do mesmo Ministério, um crédito especial da importância de 200.000\$, destinado a constituir no respectivo orçamento, sob o capítulo 9.º «Gabinete do Ministro», o novo artigo 151-A «Outros encargos» e n.º 1) «Para pagamento de todos os encargos de representação do Ministério em congressos ou conferências internacionais e de missões de estudo no estrangeiro».

Art. 2.º É anulada concorrente quantia na dotação descrita no n.º 2) «Para encargos de empréstimos a realizar» do artigo 7.º, capítulo 1.º, do mencionado orçamento.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Agosto de 1947.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—António de Oliveira Salazar—João Pinto da Costa Leite.

Decreto n.º 36:479

Com fundamento no § 1.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, no artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, nas alíneas a), b), c), d), e) e g) do artigo 35.º do referido decreto n.º 18:381, no artigo 2.º e seu § único do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e em execução do decreto lei n.º 36:361, de 20 de Junho de 1947, mediante propostas aprovadas pelo Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933, e no aludido artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São transferidas as seguintes quantias dentro dos orçamentos a seguir referidos:

Ministério das Finanças

Do capítulo 16.º, artigo 333.º, n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei»	— 100.000\$00
Para o capítulo 16.º, artigo 336.º, n.º 1) «Ajudas de custo ao pessoal da guarda fiscal (decreto n.º 34:419, de 23 de Fevereiro de 1945)»	+ 100.000\$00

Ministério do Interior

Do capítulo 4.º, artigo 69.º, n.º 1), alínea a) «Alimentação e outras despesas com os presos civis indigentes a cargo da polícia de segurança pública»	— 200.000\$00
Para o capítulo 4.º, artigo 65.º, n.º 1) «Serviços clínicos e de hospitalização»	+ 20.000\$00
Artigo 65.º, n.º 2) «Luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza»	+ 100.000\$00
Artigo 66.º, n.º 2) «Telefones»	+ 70.000\$00
Artigo 69.º, n.º 2) «Publicidade e propaganda»	+ 10.000\$00

Ministério da Justiça

Do capítulo 5.º, artigo 109.º, n.º 1) «Alimentação»	— 75.000\$00
Para o capítulo 5.º, artigo 108.º, n.º 3) «Transportes»	+ 75.000\$00